SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assist. Superv. Tecn. da Saúde Vila Maria / Vila Guilherme

CNPJ: 61.699.567/0020-55 Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, estamos publicando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Rede Assistencial Vila Maria / Vila Guilherme, que integra a SPDM. As Atas de Reuniões com o Parecer sobre a aprovação das contas e demonstrativos contábeis émitidos pelo Conselho Fiscal da SPDM, Assembleia Geral de Associados da SPDM e Parecer de Auditoria Independente, serão publicados em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM, até 30 de Abril de 2023.

São Paulo, 28 de Fevereiro de 2.023.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor-Presidente da SPDM

	iulo, 28 de Feve		
Comparativo dos Balanç			
Exercícios encerrados em 31 de De Ativo	2022 - 202 2		_
Ativo Circulante Caixa e Equivalentes de Caixa - Nota 3.1		149.234.754,98	(=
Caixa Bancos conta Movimento - Nota 3.1	44,97 6.123.26	0,00	(-
Aplicações Financeiras – Notas 3.1 e 3.2			S
Cliente e Outros Recebíveis Saúde		5127.551.037,34	C
Clientes - Nota 3.3		125.684.368,66	Is T
Prefeitura Município de São Paulo -	,	,,,	(-
Afiliadas - Nota 3.3.1	210.358.264,07	125.684.368,66	Ď
Outros Créditos Saúde - Nota 3.4	3.022.501,48		Ē
Adiantamento SPDM	1.947.001,49	497.727,25	(=
Adiantamentos e outros créditos -	4 075 400 00		
Notas 3.4.1 a 3.4.3	1.075.499,99		(-
Despesas Antecipadas Saúde - Nota 3.	,		(-
Despesas Antecipadas Estoque Saúde - Nota 3.6 e 3.6.1	17.652,50 2.341.943,42		C
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	149.379,66		D
Materiais utilizados no Setor de Farmácia			F
Materiais de Almoxarifado	1.024.682,08		(=
Operações com Materiais de Terceiros	302.616,24		(-
Empréstimos de Materiais a Terceiros	299.374,77		(-
Ativo não Circulante	151.599.882,93	349.842.649,97	(-
Realizável a Longo Prazo		347.710.151,04	(-
Diversos Valores a Receber		347.710.151,04	
Valores a Receber		347.710.151,04	(·
Depósito Judicial – Nota 3.4.4 Ativo Imobilizado Terceiros - Nota 3.7	63.653,00		(-
Imobilizado - Bens de Terceiros	10.402.491,57 10.402.491.57		(-
Ajuste Vida Útil Econômica Bens	10.402.431,37	3.444.202,33	(·
Terceiros	(8.499.499,97)	(8.081.214,55)	(-
Bens Terceiros	(8.499.499,97)	, ,	(·
Intangível Terceiros - Nota 3.7	599.307,52	599.307,52	(-
Intangível de Terceiros	599.307,52	599.307,52	(·
Ajuste Vida Util Econômica Intangível			
Terceiros	(274.654,62)		(- (-
Intangível Terceiros - Nota 3.7.1 Arrendamento Mercantil - Nota 3.8	(274.654,62)		(-
Direito de Uso de Bens Imóveis	679.170,11 679.170,11		(-
Depreciação de Direito de Uso -	073.170,11	004.070,00	,
Nota 3.8	(389.220,84)	(269.583,80)	(·
Bens Imóveis	(389.220,84)		(-
Total do Ativo		499.077.404,95	(-
Passivo	2022		(-
Passivo Circulante		147.221.791,41	(·
Fornecedores - Nota 3.9	733.470,30	,	
Fornecedores Nacionais	733.470,30		(- (-
Serviços de Terceiros - Nota 3.10 Serviços de Terceiros P. Jurídica	2.931.889,61 2.931.889,61		(-
Serviços Próprios	32.462.648,78	, ,	,
Salários a Pagar - Nota 3.11	8.810.771,87		(·
Contribuições a Recolher - Nota 3.12	2.432.831,75	,	(:
Provisão de Férias – Nota 3.13	15.426.266,68	13.760.489,72	1
Provisão de FGTS sobre Férias – Nota 3.	13 1.232.543,22	1.099.054,89	
Empréstimo a Funcionário Lei 10.820/03			С
- Nota 3.14	473.585,97		1
Impostos a Recolher – Nota 3.15	4.064.240,81	,	1
Benefícios Tributos	22.408,48 304.301,63		1
Obrigações Tributárias - Nota 3.16	304.301,63		1
Conta a Pagar / Valores de Terceiros		114.501.742,16	1
Convênios/Contratos Públicos a Realizar			1
- Nota 3.18		113.924.136,52	2
Serviços de Terceiros P. Física	97.261,88	,	_
Outras Contas a Pagar - Nota 3.17	814.419,44		2
Estrutura SPDM - Nota 3.17	144.055,58	,	_
Recebimento de Materiais de Terceiros	106.149,29		2
Operações c/ Mat. Terceiros - Nota 3.5.1 Arrendamento Mercantil - Nota 3.8	302.616,24		
Passivo de Arrendamento Bens Imóveis	175.950,82 203.748,35		2
Encargos Financeiros a Transcorrer	(27.797,53)		2
Passivo não Circulante		351.855.613,54	3
Não Circulante Saúde		351.855.613,54	4
Recursos Convênios em Execução -			4
Saúde		351.508.389,28	e 5
		10.043.510,45	
Imobilizado - Bens de terceiros - Nota 3.7	11.001.799,09		
Imobilizado - Bens de terceiros - Nota 3.7 Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1	, 	(8.236.007,65)	6
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato	, 	,	6
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2	(8.774.154,59)	1.990.735,44	6
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar	(8.774.154,59)	1.990.735,44	6
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros -	(8.774.154,59) 1.990.735,44 149.018.636,16	1.990.735,44 347.710.151,04	6 7 8
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros - Saúde	(8.774.154,59)	1.990.735,44 347.710.151,04	6 7 8
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros - Saúde Provisão Despesa Proc. Trabalhistas	(8.774.154,59) 1.990.735,44 149.018.636,16 113.880,88	1.990.735,44 347.710.151,04 126.447,35	6 7 8 8 8
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros - Saúde Provisão Despesa Proc. Trabalhistas - Nota 3.20	(8.774.154,59) 1.990.735,44 149.018.636,16 113.880,88 113.880,88	1.990.735,44 347.710.151,04 126.447,35 126.447,35	6 7 8 8 8 8
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros - Saúde Provisão Despesa Proc. Trabalhistas	(8.774.154,59) 1.990.735,44 149.018.636,16 113.880,88 113.880,88	1.990.735,44 347.710.151,04 126.447,35 126.447,35 220.776,91	6 7 8 8 8 8 8 8
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros - Saúde Provisão Despesa Proc. Trabalhistas - Nota 3.20 Arrendamento Mercantil - Saúde - Nota	(8.774.154,59) 1.990.735,44 149.018.636,16 113.880,88 113.880,88 3.8 151.878,01	1.990.735,44 347.710.151,04 126.447,35 126.447,35 220.776,91 250.000,00	6 7 8 8 8 8 8 8
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros - Saúde Provisão Despesa Proc. Trabalhistas - Nota 3.20 Arrendamento Mercantil - Saúde - Nota Passivo de Arrendamento Bens Imóveis	(8.774.154,59) 1.990.735,44 149.018.636,16 113.880,88 113.880,88 3.8 151.878,01 162.499,99 (10.621,98)	1.990.735,44 347.710.151,04 126.447,35 126.447,35 220.776,91 250.000,00	6 7 8 8 8 8 8 8 8 8
Ajust. vida útil econômica- Bens de terceiros - Nota 3.7.1 Valor Estimado - Rescisão de Contrato - Nota 3.3.2 Convênios/Contratos Públicos a Realizar Outras Obrigações com Terceiros - Saúde Provisão Despesa Proc. Trabalhistas - Nota 3.20 Arrendamento Mercantil - Saúde - Nota Passivo de Arrendamento Bens Imóveis Encargos Financeiros a Transcorrer	(8.774.154,59) 1.990.735,44 149.018.636,16 113.880,88 113.880,88 3.8 151.878,01 162.499,99 (10.621,98)	1.990.735,44 347.710.151,04 126.447,35 220.776,91 250.000,00 (29.223,09) 499.077.404,95	6 7 8 8 8 8 8 8 8

384.592.357.93 499.077.404.95 Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Líquido

'acional, Normas e Conceitos erais Aplicados nas De monstrações Financeiras - A Entidade, SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública estadual e no município de sua sede, respectivamente pelos decretos nos 40.103 de 17/05/1962 e 8.911. de 30/07/1970. A diretriz primordial da Associação é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento, prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. Com o crescimento Institucional, a SPDM vem expandindo sua área de atuação com projetos, em desenvolvimento, na área da Assistência Social e na área Educacional. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, a SPDM como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil, visando principalmente garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, atua na área da assistência social e promove formação e treinamento na área da saúde entre outros. Características da Unidade Gerenciada - A partir da Portaria nº 2411/2014 Chamamento Público nº 008/2014 - SMS G/NTCSS a Comissão Especial de Seleção de Organização Social publicada em Diário Oficial aprovou em 04 de Maio de 2015 a gestão da SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Rede Assistencial Vila Maria/Vila Guilherme onde gerencia as unidades de Saúde dos distritos administrativos dos bairros Vila Maria, Vila Guilherme e Vila Medeiros, conhecida pelas Unidades Afiliadas como "Microrregião", esse núcleo de atendimento foi formado com o objetivo de prestar assistência integral/integrada - atenção básica e assistência médica de média complexidade, com referência e contra - referência tida); Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a en- três centavos) demonstrado no quadro acima.

saado om conjunto com ao Bomenonações		Ronaldo Ramos L	
Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
Descricão	2022	2021	
(=) Receita Bruta de Serviços -	202 249 406 22	257 402 222 70	
Nota 4.1 (+) Serviços - Saúde	292.348.106,33 290.789.559,73	257.183.323,78 255.808.574,87	
SUS-Sistema Único Saúde	0,00	0,00	
Contratos/Convênios Afiliadas	237.826.810,32	210.216.636,50	
Isenção Usufruída - Nota 9	52.960.534,20	45.590.029,51	
Trabalhos Voluntários – Nota 10 (+) Outras Receitas Operacionais	2.215,21 1.558.546,60	1.908,86 1.374.748,91	
Doações Subvenções	0,00	0,00	
Estrutura SPDM	1.558.546,60	1.374.748,91	
(=) Receita Liquida de Serviços	202 249 406 22	257 402 222 70	
Prestados (+) Outras Receitas	292.348.106,33 461.114,28	257.183.323,78 59.369,15	
(+) Receitas Gerais - Saúde	461.114,28	59.369,15	
Outras Receitas	461.108,36	46.815,04	
Descontos Recebidos Financeiras – Nota 4.3	5,73	1.083,31	
Doações Recebidas	0,19 0,00	0,00 11.470,80	
(=) Receita Líquida	292.809.220,61	257.242.692,93	
(-) Custos Operacionais – Nota 4.2	224.206.980,78	197.517.508,48	
(-) Serviços (-) Pessoal Serviços Próprios	179.390.038,93 152.783.509,58	157.781.110,29 132.410.367,88	
(-) Serviços De Terceiros	26.606.529,35	25.370.742,41	
(-) Custos Com Mercadorias - Nota 4.3		6.088.257,72	
(-) Medicamentos E Materiais	6.002.800,62	6.088.257,72	
(-) Gratuidades – Nota 9 (-) Isenção Usufruída	38.500.902,94 38.500.902,94	33.364.992,97 33.364.992,97	
(-) Arrendamento Mercantil – Nota 3.8	313.238,29	283.147,50	
(-) Depreciação de Direito de Uso	261.018,45	232.476,42	
(-) Encargos de Arrendamento	52.219,84	50.671,08	
(-) Outros Custos (-) Despesas Operacionais – Nota 4.2	0,00 68.602.239,83	0,00 59.725.184,45	
(-) Serviços	51.278.990,10	44.389.081,68	
(-) Pessoal Serviços Próprios	32.632.782,68	28.823.027,22	
(-) Serviços de Terceiros	18.643.992,21	15.564.145,60	
(-) Trabalho Voluntário – Nota 10 (-) Despesas Com Mercadorias –	2.215,21	1.908,86	
Nota 4.2	831.871,21	794.567,72	
(-) Medicamentos e Materiais	831.871,21	794.567,72	
(-) Tributos	136.888,47	94.918,55	
(-) Impostos Taxas e Contrib (-) Gratuidades	136.888,47 14.459.631,26	94.918,55 12.225.036,54	
(-) Isenção Usufruída – Nota 9	14.459.631,26	12.225.036,54	
(-) Outros Despesas Operacionais –			
Nota 4.2	1.894.858,79 130.323,60	2.221.579,96 62.903,62	
(-) Despesas Financeiras(-) Despesas Bens Permanentes de	130.323,00	02.903,02	
Terceiros	205.988,59	783.927,43	
(-) Estrutura SPDM	1.558.546,60	1.374.748,91	
(-) Outras Despesas (=) Resultado do Exercício	0,00 0,00	0,00 0,00	
Comparativo da Demonstraç			
Exercícios encerrados em 31 de I			
Descrição	2022	2021	
1 - Receitas 1.1) Prestação de serviços	292.809.214,69 239.387.572,13	257.241.609,62 211.593.294,27	
1.2) Subvenções e outras receitas opera		0.00	
1.3) Outras Receitas	461.108,36	58.285,84	
1.4) Isenção usufruída sobre contribuiçõe	es 52.960.534,20	45.590.029,51	
1.5) (-) EPLCD-Estim Perdas Crédito/ Receitas Anuladas	0,00	0,00	
2 - Insumos Adquiridos de Terceiros	0,00	0,00	
(inclui ICMS e IPI)	43.655.155,93	42.117.733,92	
2.1) Custo das mercadorias utilizadas	6 000 000 60	6 000 0E7 70	
nas prestações 2.2) Materiais, energia, serviços de	6.002.800,62	6.088.257,72	
terceiros e outro	35.705.521,07	33.762.999,83	
2.3) Perda / Recuperação de valores ativ	os 205.988,59	783.927,43	
2.4) Outros	1.740.845,65	1.482.548,94	
3 - Valor Adicionado Bruto (1-2) 4 - Retenções	249.154.058,76 261.018,45	215.123.875,70 232.476,42	
4.1) Depreciação, amortização e	_01.010,40	_52.470,42	
exaustão	261.018,45	232.476,42	
5 - Valor Adicionado Líquido	248 802 040 24	214 801 200 20	
Produzido Pela Entidade (3-4) 6 - Valor Adicionado Recebido em	240.033.040,37	214.891.399,28	
Transferência	5,92	1.083,31	
6.1) Receitas financeiras	5.92	1 083 31	

.6) Lucros retidos / prejuízo do período a 300 mil moradores da região através da incorporação de serviços que complementam o atendimento prestado pelo Hospital Municipal Vereador José Storopolli – Vila Maria, pioneiro na microrregião. Em julho de 2015 foi firmado o Contrato e Gestão R008/2015 SMS/NTCSS processo nº 2014-0.136.154-0 com prazo de 60 (sessenta) meses com vigência de 08.08.2015 a 31.07.2020 com valor global estimado de R\$ 508.362.481,20 (quinhentos e oito milhões trezentos e sessenta e dois mil e quatrocentos e reais e vinte centavos), hoie são administradas 10 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 03 Amas/UBS Integrada (Assistência Médica Ambulatorial), 01 Caps Infantil (Centro de Atenção Psicossocial Infantil), 01 Pronto Socor ro, 01 Hospital Dia Hora Certa, 01 CER III (Centro Especializado em Reabilitação) e a Sede Administrativa. No ano de 2022 a unidade firmou com a PMSP os Termos Aditivos 59 a 81 referentes à revisão de metas e prorrogação de plano de trabalho e a acompanhamento a serviços de saúde. Ainda em 2022, a Secretaria Municipal de Saúde / SP renovou a parceria com a SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina nos TAs 65 e 80 para o gerenciamento do Hospital Cantareira o qual propõe a adequação de plano de um novo trabalho repactuado para Operacionalização e gerenciamento de 101 leitos de Internação, para garantir atendimento aos pacientes com quadros clínicos, quadros neurológicos agudos e pacientes com quadros clínicos e comorbilidades da saúde mental que apresentam necessidades de tratamento ou estabilização referenciados dos estabelecimentos da RAS/SMS conforme regulação definida pela SMS. O recurso financeiro foi firmado através do Contrato e Gestão R008/2015 SMS/NTCSS processo nº 2014-0.136.154-0 TA nº 65 com prazo de 3 (três) meses com vigência de 31.03.2021 com valor global estimado de R\$ 9.979.292,55 (nove milhões e novecentos e setenta e nove mil e duzentos e noventa e dois reais e cinquenta e cinco centavos) e prorrogado através dos Termo Aditivo nº 80 até dezembro/2022. 1 - Imunidade Tributária - A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. 1.1 - Isenção Tributária e característica da isenção - A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por tratar-se de instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, com atuação preponderante na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com a Lei Complementar nº 187, de 16 de Dezembro de 2021, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social, apresentando as seguintes características: A Instituição é regida por legislação infraconstitucional; A Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contrapar-

248.893.046,23 214.892.482,59 248.893.046,23 214.892.482,59

185.418.507,47

10.376.871,70

136.888.47

244.39

0.00

161.235.303,96

94.918.55

5.774.67

0.00

7.966.455,90

45.590.029,51

.1) Receitas financeiras

.1) Pessoal e encargos

.3) Juros

.4) Aluguéis

- Valor Adicionado Total (5+6)

- Distribuição do Valor Adicionado

.5) Isenção usufruída sobre contribuições 52.960.534,20

.2) Impostos, taxas e contribuições

	Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais			
1	Descrição	2022	2021	
	Fluxos de Caixa das atividades oper	racionais		
3 7	Superávit /Déficit do exercício/perío Ajustes p/Conciliar o resultado às	do 0,00	0,00	
)	disponibilidades geradas pelas			
1	atividades operacionais	0,00	0,00	
3	Depreciação e amortização	336.547,61	232.476,42	
1	Resultado na venda/baixas de ativos			
)	imobilizado	0,00	0,00	
1	Ajuste nas contas do Patrimônio Líquio	do 0,00	0,00	
	Variações nos ativos e passivos			
3	(Aumento) Redução em contas a			
5	receber	(84.673.895,41)	(66.596.859,27)	
5	(Aumento) Redução outros créditos	197.472.029,08	(347.413.022,96)	
4	(Aumento) Redução de despesas			
1	antecipadas	(1.237,93)	(13.900,81)	
)	(Aumento) Redução em estoques	258.060,40	(1.203.406,96)	
3	Aumento (Redução) em fornecedores	(14.226,55)	707.652,11	
3	Aumento (Redução) nas doações e	,		
9	subvenções/Contratos de gestão	(119.598.832,03)	419.282.845,10	
3	Aumento (Redução) em contas a	, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
1	pagar e provisões	4.700.229,00	3.984.754,63	
2	Aumento (Redução) de Bens de Terce		364.266,83	
2 7	Aumento (Redução) Passivo de			
7	Arrendamento	(29.297,10)	(78.046,01)	
7	Caixa líquido consumido pelas	(=====; ; ; ; ; ; ;	(, ,	
0	atividades operacionais	(1.130.481,23)	9.266.759,08	
2	Fluxos de caixa das atividades	(1.100.101,20)	0.200.700,00	
3	de investimentos			
5	(+) Recebimento pela venda de ativo			
3	imobilizado	0,00	0.00	
2	(-) Aquisições de imobilizado	0,00	0.00	
)	(-) Adição de Bens de Terceiros	(420.141,70)	(364.266,83)	
3	(-) Adição de Bens de Terceiros (-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00	
	(-) Direito de Uso		(142.568,97)	
2	Caixa líquido consumido pelas	(301.500,75)	(142.566,97)	
2	atividades de investimentos	(701 640 45)	(EOC 93E 90)	
2 5		(721.642,45)	(506.835,80)	
	Fluxos de caixa das atividades			
4	de financiamento	0.00	0.00	
1	Captação de Empréstimos e financiam	nentos 0,00	0,00	
	(-) Pagamentos de Empréstimos	0.00	0.00	
o	e financiamentos	0,00	0,00	
2	Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00	
3	Caixa líquido consumido pelas	0.00	0.00	
1	atividades de financiamentos	0,00	0,00	
)	Aumento (Redução) no Caixa e	(4.000.400.55)	0 770 000 00	
0	Equivalentes de Caixa	(1.852.123,68)	8.759.923,28	
	Saldo inicial de Caixa e equivalente	19.104.237,21	10.344.313,93	
	Saldo final de Caixa e equivalente	17.252.113,53	19.104.237,21	

tidades é dispensada de pagar o tributo; Há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. 2 - Apresentações das Demonstrações Contábeis -Na elaboração das demonstrações financeiras de 2022, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elabora suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) como a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1) e suas alterações referentes a Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em Notas Explicativas para esse tipo de Entidade. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, são segregadas as informações referentes à Área da Saúde, Área Social e Área Educacional nos termos do artigo 6º da Lei Complementar 187/2021 e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - (R1), sendo que os valores que têm por origem recursos públicos e os recursos próprios. 2.1 - Formalidade da Escrituração Contábil - ITG 2000 (R1) e CTG 2001 (R3) - As demonstrações contábeis individuais da SPDM foram elaboradas em conformidade com a Norma Contábil ITG 2000 (R1), que estabelece critérios e procedimentos a serem adotados pela entidade para a escrituração contábil de seus fatos patrimoniais, por meio de qualquer processo, bem como a guarda e a manutenção da documentação e de arquivos contábeis e a responsabilidade do profissional da contabilidade; e CTG 2001 (R3) que define as formalidade da escrituração contábil em forma digital para fins de atendimento ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). A entidade apresenta seus documentos e livros contábeis em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que exige a apresentação de Escrituração Contábil Digital (ECD) para as pessoas jurídicas imunes e isentas, incluindo livro diário, livro razão, balancetes diários e balanços, assinados digitalmente com certificado digital, a fim de garantir a autoria, autenticidade, integridade e validade jurídica do documento digital. · Nome Empresarial, Endereco e CNPJ da Unidade Gerenciada SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Rede Assist Superv Tecn da Saude VI Maria/VI Guilherme - Av. Alberto Byington, 1526 - Vila Maria AltaSão Paulo - SP CEP 02127-001 - CNPJ nº 61.699.567/0020-55. 3 – Principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações - Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros e suas alterações. O plano de contas adotado atende aos requisitos da Lei 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. 3.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias. Os recursos financeiros disponíveis para a unidade gerenciada são mantidos em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2022 o montante de R\$ 6.168,23 (seis mil e cento e sessenta e oito reais e vinte e três centavos).

	Saldo em R\$	Saldo em R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e Saldos em Bancos	6.168,23	4.599,21
Aplicação Financeira de Curto Prazo	17.245.945,30	19.099.638,00
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	17.252.113,53	19.104.237,21
Os recursos financeiros disponíveis para a	unidade gerend	iada são manti-
dos em conta corrente bancária oficial e	representam er	n 31.12.2022 o

montante de R\$ 6.168.23 (seis mil e cento e sessenta e oito reais e vinte e

100% a.m

5% a.m

100% a.m

100% a.m

0.92% a.m

0,92% a.m

0,96% a.m

118.581.70

190.575.81

64.385,52

59.858.62

6 963 58

1.502.790,00

17.245.945.30

316.43

CDBs/LETRAS

CDBs/LETRAS

CDBs/LETRAS

CDBs/LETRAS

CDB/RDB e BB Reaplic

CDB/RDB e BB Reaplic

CDB/RDB e BB Reaplic

Continuação Distribuição dos Recursos Financeiros Por Natureza, Tipo de Verba e Origem dos Recursos 31.12.2022 31.12.2021 Custeio - Recurso Estadual / Municipal CG R008/2015 17.252.068,56 19.104.237,21 Investimento – Recurso Federal CG R008/2015 Total de Recursos Disponíveis 17.252.068,56 19.104.237,21

3.2 - Aplicações Financeiras - As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores se encontram aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

Instituição		Taxa -	
Financeira	Tipo de Aplicação	Rentabilidade%	31/12/2022
Bradesco	CDBs/LETRAS	100% a.m	21.493,16
Bradesco	CDBs/LETRAS	100% a.m	62.738,41
Bradesco	CDBs/LETRAS	5% a.m	10.446.604,26
Bradesco	CDBs/LETRAS	100% a.m	3.015,60
Bradesco	CDBs/LETRAS	100% a.m	9.127,28
Bradesco	CDBs/LETRAS	5% a.m	4.297.467,74
Bradesco	CDBs/LETRAS	96% a.m	462.027.19

* a instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira, 3.3 - Contas a receber - A prática contábil adotada é o regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus convênios com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo de modo que quando ocorra o reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. 3.3.1 - Valores a Receber Curto Prazo - Os valores registrados nesta conta em 2022 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao termo de Contrato nº R008/2015 proveniente da Prefeitura Municipal de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde cujo saldo é composto de R\$ 210.358.264,07 (duzentos e dez milhões e trezentos e cinquenta e oito mil e duzentos e sessenta e quatro reais e sete centavos)

Valores a Receber em 31.12.2022 (Em Reais)			
Origem / Tipo / Natureza do Recurso	Vencidos (Em aberto)	À vencer	Saldo em 31.12.2022
Contrato Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 - Recurso Municipal (Custeio)	0,00	176.248.424,31	176.248.424,31
Termo Aditivo 060/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	0,00	822.832,45	822.832,45
Termo Aditivo 061/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	0,00	3.039.836,49	3.039.836,49
Termo Aditivo 062/2021 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	0,00	964.243,00	964.243,00
Termo Aditivo 063/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	0,00	3.537.893,20	3.537.893,20
Termo Aditivo 065/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	0,00	23.288.201,62	23.288.201,62
Termo Aditivo 080/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015	0,00	2.456.833,00	2.456.833,00
TOTAL	0.00	210 358 264 07	210 358 264 07

Bradesco

Bradesco

Bradesco

Bradesco

Brasil

Brasil

Brasil

Total

nos grupos de contas anteriores, sendo contas em curto prazo normalmen- zados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e te não relacionadas com o objeto principal da instituição. 3.4.1 - Adianta- materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanmento a Fornecedores - Os valores classificados como adiantamento a fornecedores compreendem adiantamentos realizados referentes a benefícios como vale transporte, vale refeição e alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente. 3.4.2 - Antecipação de Férias - A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação trabalhista (CLT), em seu artigo, Art. 145, O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no art. 143 serão efetuados até 02 (dois) dias antes do início do respectivo período, o saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 1.056.262,26 (um milhão e cinquenta e seis mil e duzentos e sessenta e dois reais e vinte e seis centavos). 3.4.3 - Outros Créditos e Adiantamentos - Representam valores a título de crédito relativos a pagamentos de encargos rescisórios, e outros adiantamentos efetuados para a manutenção da rede assistencial de atenção básica à saúde, o saldo em 31.12.2022 foi de R\$ 19.237,73 (dezenove mil e duzentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos). **3.4.4 – Depósitos Judiciais** - O respectivo saldo representa R\$ 63.653,00 em 31.12.2022 e referem-se ao saldo de depósitos judiciais realizados pela unidade gerenciada, da qual são pertinentes a ações civis e trabalhistas, onde, tendo em vista que as respectivas ações não foram julgadas em última instância, a unidade mantém o depósito judicial, que será levantado após o trânsito em julgado da ação, vale ressaltar que a unidade mantem contrato com consultoria jurídica, da qual os mesmos nos mantem informados sobre o Status das ações judiciais, trimestralmente. **3.5 - Despesas Pagas Antecipadamente -** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. 3.6 - Estoques - Os estoques foram forma:

3.4 - Outros Créditos - São as contas a receber que não se enquadram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilideria, gêneros alimentícios, equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2022 é de R\$ 1.739.952,41 (um milhão e setecentos e trinta e nove mil e novecentos e cinquenta e dois reais e quarenta e um centavos) conforme demonstrado

Tipo	2022	2021
Materiais utilizados no Setor de Nutrição	149.379,66	118.365,03
Materiais utilizados no Setor de Farmácia	565.890,67	829.507,69
Materiais de Almoxarifado	1.024.682,08	1.203.012,33
Operações com Materiais de Terceiros	302.616,24	252.040,75
Empréstimos de Materiais a Terceiros	299.374,77	160.140,06
Total	2.341.943,42	2.563.065,86

3.6.1 Materiais de Terceiros - A Secretaria Municipal da Saúde em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo fornece mensalmente materiais e medicamentos, para armazenamento e distribuição das unidades básicas de saúde pertencentes à Rede Assistencial VMVG, com o objetivo de suprir o atendimento à população. A unidade gerenciada mantém outros materiais de terceiros de uso temporário o qual deverá ser devolvido após uso ou dentro de um prazo determinado e são mantidos nos estoques de maneira segregada, com controle interno específico e integram o rol de itens de terceiros em nosso poder. O montante até presente data administrado é de R\$ 299.374,77 (duzentos e noventa e nove mil e trezentos e setenta e quatro reais e setenta e sete centavos) em 2022. 3.7 – Imobiliza-do – Bens de Terceiros - O imobilizado da RASTS VMVG é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão ou convênios para os quais possuímos documentos de cessão de uso. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte

Demonstrativo da movimentação de Bens do Ativo Imobilizado em 2022. Posição em 31/12/2021 Posição em 31/12/2022 Aquisição Imobilizado-Bens de Terceiros Apar Equip Utens Med Odont Lab 4.566.166,72 621.200,99 5.187.367,71 Equip Processamento de Dados 2.090.706,40 47.238,76 2.137.945,16 1.558.611.03 1.738.178.81 Mobiliário em Geral 179.567.78 Máquinas Utens e Equip Diversos 449.017,76 20.030,92 469.048,68 Veículos de Tração Mecanica 111.337,00 111.337,00 0,00 24.570,79 Aparelhos de Medição 70.496.66 95.067.45 178.663,45 0,00 Aparelhos de Equip Comunicação 178.663,45 Aparelhos e Utensílios Domésticos 359.724,40 37.781,12 397.505,52 Maq. e Equip de Natureza Industrial 5.004.00 0.00 5.004.00 Equip p/ Áudio Vídeo e Foto 13.410,00 0,00 13.410,00 Máq.Ferramentas e Utens de Oficina 41.065.51 27.898,28 68.963.79 **Total Imobilizado - Terceiros** 9.444.202,93 958.288,64 10.402.491,57 Imobilizado-Bens de Terceiros 599.307.52 0.00 599.307.52 **Total Imobilizado - Terceiros** 599.307,52 0,00 599.307,52 Descrição Posição em 31/12/2021 Posição em 31/12/2022 Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros (4.027.264.15) (4.194.141.44) Apar Equip Utens Med Odont Lab 20 Equip Processamento de Dados (1.732.310,75)(1.846.486,43) 10 Mobiliário em Geral 1.349.259,37) (1.432.254,22) Máquinas Utens e Equip Diversos (431.325.73) (437.541.50) 20 (111.337,00) Veículos de Tração Mecanica (111.337,00)(53.224,42) (75.055,37) (57.196,22) (76.045,37) Aparelhos de Medição Aparelhos de Equip Comunicação Aparelhos e Utensílios Domésticos (266.118,05) (304.902,65) Maq. e Equip de Natureza Industrial (5.004,00)(5.004,00)Equip p/ Áudio Vídeo e Foto (13.410.00)(13.410.00)Máq.Ferramentas e Utens de Oficina (16.905,70)(21.181,14)(8.081.214,54) (8.499.499,97) Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros Posição em 31/12/2021 Posição em 31/12/2022 Aiuste Vida útil de Bens de Terceiros (154.793,10) (274.654,62) (154.793.10) Ajuste Vida útil de Bens de Terceiros (274.654,62)

Baixas

incorridos

Redução de encargos

Saldo em 31 /12/2022

Segundo o inciso II do § 3º do art. 183 da Lei nº 6.404/76, acrescentado Passivo de Arrendamento 11.638/07, e Lei 11.941/09, "A compannia devera etetuar, perio dicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, revisar e ajustar os critérios utilizados para determinacão da vida útil-econômica estimada e para cálculo da depreciação. exaustão e amortização". 3.7.1 Ajuste de Vida Útil Econômica - A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.7 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. 3.8 Ativos e Passivos de Arrendamento Mercantil - Em conformidade com o CPC 06 R2 - IFRS 16 os arrendatários devem reconhecer as obrigações de pagar ao arrendador como Passivo de Arrendamentos, no grupo Passivo e o direito de usar os Ativos subjacentes devem ser reconhecidos como Ativo de Direito de Uso, no grupo Ativo Imobilizado, ambos a valor presente. No cálculo do valor presente dos pagamentos futuros dos aluquéis foi adotada uma taxa incremental média. equivalente à taxa de juros dos demais contratos de financiamentos bancários, que é de 0,98% a m. Os custos dos contratos de arrendamento mercantil, apropriados em linha com CPC 06 (R2) gera uma distorção temporária comparados com fluxos de caixa. No entanto, o efeito é nulo ao fim do contrato. Ou seja, a soma das depreciações com os juros apropriados, conforme o IFRS 16 é igual às despesas de aluguéis previstas no contrato. O quadro abaixo demonstra o efeito destas variações: Demonstração do efeito cumulativo dos contratos de arrendamento- IFRS 16., em 31/12/2022. Nota explicativa da movimentação de arrendamento -RASTS VMVG

	Imóveis	Equipamentos	Total
Saldo em 31/ 12/2021	324.996,13	0,00	324.996,13
Adições	225.971,59	0,00	225.971,59
Baixas direito de uso 100%			
depreciados	(141.381,41)	0,00	(141.381,41)
Amortizações	(119.637,04)	0,00	(119.637,04)
Reclassificação	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31/ 12/2022	289.949,27	0,00	289.949,27

Direito de Uso

419 255 40 Saldo em 31/12/2021 419,255,40 0.00 417.858,20 417.858,20 0,00 Adições (150.000,00)Baixas (150.000,00)0,00 Pagamentos- executados (320.865,26) 0,00 (320.865,26) e em processo Bonificações 0,00 0,00 Juros apropriados sobre arrendamentos 0.00 0,00 0.00 Saldo em 31/ 12/2022 366.248,34 366.248,34 0,00 203 748 35 Circulante Não Circulante 162.499.99 Juros sobre arrendamentos- redutor a valor presente Imóveis Equipamentos **Total** 62.129,47 62.129,47 Saldo em 31/12/2021 54.416.76 0.00 54.416.76 Adições (25.906,88)(25.906,88)

0,00

0.00

0,00

(52.219.84)

38,419,51

3.9 - Fornecedores - As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. 3.10 - Servicos de Terceiros - Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos, serviços gerais, limpeza, vigilância e segurança, manutenções preventivas. Consultoria e Auditoria. Serviços de Remoções etc. 3.11 - Salários a Pagar - De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remu- cia Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo Continua

(52.219.84)

38.419,51

nerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. 3.12 -Contribuições a Recolher - Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS E PIS. Com relação ao PIS a unidade gerenciada recebeu a Imunidade através do Processo tributário Nº 2006.61.00.001474-9/SP, que suspendem a exigibilidade de recolhimento do PIS sobre a folha de pagamento a alíquota de 1%/mês. Dessa forma, a unidade gerenciada reconheceu os respectivos valores de Isenção e Restituição em suas Demonstrações Contábeis. 3.13 - Provisões de Férias e Encargos - Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço 3.14 - Empréstimos Funcionários - A Lei 10.820. de 17.12.2003. beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de leasing na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece a seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco, com desconto em folha. O montante contabilizado em 31.12.2021 representa R\$ 383.434,44 (trezentos e oitenta e três mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) e em 2022 o saldo foi de R\$ 473.585,97 (quatrocentos e setenta e três mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e sete centavos). **3.15 - Impostos a Recolher -** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.16 - Obrigações Tributárias -** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, os saldos a pagar em 2021 representam R\$ 314.131,84 (trezentos e quatorze mil e cento e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos) e em 2022 o saldo a pagar é de R\$ 304.301,63 (trezentos e quatro mil e trezentos e um reais e sessenta e três centavos). 3.17 - Outras Contas a Pagar - Os valores evidenciados nestas contas referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição totalizando em 2021 o saldo de R\$ 172.380,48 (cento e setenta e dois mil e trezentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos) e em 2022 o saldo final foi de R\$ 958.475.02 (novecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e dois centavos). 3.18 - Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante) - De acordo com a Norma NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais Item 15A e ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2022 representa R\$ 193.016.819.37 (cento e noventa e três milhões e dezesseis mil e oitocentos e dezenove reais e trinta e sete centavos). 3.19 - Estimativas Contábeis - A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. 3.20 - Contingências Passivas - Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na NBC TG 25 (R2) - Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. No exercício de 2022, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. As ações em que a possibilidade de perda era tida como "provável" o montante foi de R\$ 113.880,88 (cento e treze mil e oitocentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos) e "possível", o montante chegou a R\$ 2.609.191,37 (dois milhões e seiscentos e nove mil e cento e noventa e um reais e trinta e sete centavos). No exercício de 2022, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações Cíveis. Não temos saldo a informar para as ações onde a possibilidade de perda era tida como "provável", mas como "possível", o montante foi de R\$ 206.177,41 (duzentos e seis mil e cento e setenta e sete reais e quarenta e um centavos). SPDM - Rede Assistencial VMVG

Contingências Passiva Provável Possível Remota 113.880,88 2.609.191,37 206.177,41 Civel 0.00 0.00

0,00 3.21 - Outros Ativos e Passivos - Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. 4 - Origens e Aplicação dos Recursos - As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através de comprovantes, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais fiscais. **4.1 – Das Receitas Operacionais -** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. 4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição - Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custejo da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada "Convênios/ Contratos Públicos à Realizar*, em conformidade com o NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais. Em 2022 tais valores representam o montante de R\$ 1.470.530,65 (um milhão e quatrocentos e setenta mil e quinhentos e trinta reais e sessenta e cinco centavos). 4.2 - Custos e Despesas Operacionais - Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos e administrativos da instituição e foram classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. 4.3 - Auxílios, Subvenções, Contrato de Gestão e ou Convênios Públicos - São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades prédeterminadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, na qual uma AssistênContinuação do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2022, a unidade gerenciada recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro

CNPJ nº 61.699.567/0020-55 Natureza e Tipo de Verba Valor Global (R\$) Origem dos Recursos Termo Aditivo 059/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Municipal 16.536.905,45 2.468.497,35 5.478.143,21 Termo Aditivo 060/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Termo Aditivo 061/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Federal Custeio - Verba Municipal Termo Aditivo 062/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Municipal 10.572.437,32 Termo Aditivo 062/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Termo Aditivo 063/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Federal Custeio - Verba Municipal 3.809.523,81 127.772.783.31 Termo Aditivo 063/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Federal 19.729.360,25 Termo Aditivo 065/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Municipal 13.106.539,55 Termo Aditivo 065/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 2.857.142.86 Custeio - Verba Federal Custeio - Verba Municipal 319.586,73 Termo Aditivo 066/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 87.715,51 778.437,00 Termo Aditivo 066/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal Termo Aditivo 067/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Federal Investimento - Verba Municipal 70.000,00 Termo Aditivo 068/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal Termo Aditivo 069/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 70.000,00 Termo Aditivo 070/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal 120.000.00 Termo Aditivo 071/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal 80.000,00 Termo Aditivo 072/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal 100.000,00 Termo Aditivo 073/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal 80.000.00 15.280,00 Termo Aditivo 074/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal Investimento - Verba Municipal Termo Aditivo 075/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 67.000,00 Termo Aditivo 076/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal 35.618.85 51.509,54 Termo Aditivo 077/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Investimento - Verba Municipal Custeio - Verba Federal Investimento - Verba Municipal Termo Aditivo 078/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 237.522,56 Termo Aditivo 079/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 225.000.00 8.755.083,55 Termo Aditivo 080/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Municipal Custeio - Verba Federal Investimento - Verba Municipal Termo Aditivo 080/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 3.955.000,00 Termo Aditivo 081/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 150.000.00 Termo Aditivo 082/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 17.146.459,88 Custeio - Verba Municipal Termo Aditivo 082/2022 - Contrato de Gestão n. 2014-0.136.154-0 - R008/2015 Custeio - Verba Federal 3.809.523,81 Total 238.485.070,54

5 - Patrimônio Líquido - A SPDM procedeu a ajustes necessários para se sultado - Esse desequilíbrio financeiro está associado ao fator principal adequar ao que estabelecem a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece Norma ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido no período de 2021 e 2022. **6 - Resultado Operacional - Subvenção -** Em face à adoção da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições desta norma (Item 12). Portanto, a apuração do resultado do exercício reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido representa "zero". A apuração do resultado, se não aplicada a norma, seria composto de Receitas obtidas através dos contratos e convênios públicos na ordem de R\$ 223.729.511,56 (duzentos e vinte e três milhões e setecentos e vinte e nove mil e quinhentos e onze reais e cinquenta e seis centavos); acrescidos de Outras Receitas no valor de R\$ 1.931.644,93 (um milhão e novecentos e trinta e um mil e seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa e três centavos); e deduzidas das Despesas e Custos Operacionais na ordem de R\$ 239.846.471,20 (duzentos e trinta e nove milhões e oitocentos e quarenta e seis mil e quatrocentos e setenta e um reais e vinte centavos); encerrando o exercício com um resultado deficitário no valor de R\$ 14.185.314,71 (quatorze milhões e cento e oitenta e cinco mil e trezen-

que foi a diminuição no orçamento anual de custeio, e por outro lado os custos e despesas foram acrescidos de alta de inflação. Cabe ressaltar que tivemos um orçamento menor em comparação ao ano anterior, e enfrentamos um aumento desproporcional dos preços de insumos hospitalares e demais aquisições necessárias para reestruturação de atendimento necessário para segurança dos pacientes e funcionários. 7 - Das disposições da Lei 12.101 e portaria 834/16 - Por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido na Lei Complementar 187/2021, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. I - prestar serviços ao SUS; II - prestar serviços gratuitos; III - atuar na promoção à saúde; IV - ser de reconhecida excelên cia e realizar projetos de apoio ao desenvolvimento institucional do SUS; e ainda (Artigo 9°): I - celebrar contrato, convênio ou instrumento congênere com o gestor do SUS; e II - comprovar, anualmente, a prestação de seus serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), com base nas internações e nos atendimentos ambulatoriais realizados. Poden do ainda (§ 3º para fins do disposto no § 2º deste artigo), no conjunto de estabelecimentos de saúde da pessoa jurídica, poderá ser incorporado estabelecimento vinculado em decorrência de contrato de gestão, no limite de 10% (dez por cento) dos seus servicos. A entidade de saúde, deverá informar obrigatoriamente, na forma estabelecida em regulamento (Artigo 10º): - a totalidade das internações e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes não usuários do SUS; e II - a totalidade das internacões e dos atendimentos ambulatoriais realizados para os pacientes usuários do SUS. A Unidade Gerenciada, apresentou em 2022 nesta unidade a

tos e quatorze reais e setenta e um centavos). 6.1 Nota de Ênfase ao Re - seguinte produção:			
Grupo Detalhe	Detalhe Original	Ano 2021	Ano 2022
Atendimento Ambulatorial	Atendimento odontológico individual	52.086	12.885
Atendimento Ambulatorial	Consulta Médica - UBS/ESF	304.611	326.510
Atendimento Ambulatorial	Consulta não médica	135.030	189.220
Atendimento Ambulatorial	Procedimento Odontológico	46.831	101.422
Atendimento Ambulatorial	Visita Domiciliar	171.417	201.363
Atendimento Ambulatorial Especializado	Atendimento não médico	684.964	720.075
Atendimento Ambulatorial Especializado	Cirurgia ambulatorial	14.574	23.355
Atendimento Ambulatorial Especializado	Consulta médica especializada	30.175	37.085
CAPS	Ações de Reabilitação Psicossocial	4.522	5.775
CAPS	Acolhimento inicial/diurno de pacientes	298	474
CAPS	Atenção às situações de crise	84	59
CAPS	Atendimento em grupo	167	1.006
CAPS	Atendimento familiar	1.173	1.354
CAPS	Atendimento individual	1.873	1.893
CAPS	Matriciamento em equipes de atenção básica	12	89
CAPS	Práticas corporais	14	101
CAPS	Práticas expressivas e comunicativas	46	115
Centro Especializado Odontológico	Cirurgia Oral Menor (procedimentos)	1.715	2.631
Centro Especializado Odontológico	Endodontia (procedimentos)	12.413	24.031
Pronto Socorro/Pronto Atendimento (Urgência/Emergência)	Consulta/ atendimento de urgência (PS/PA)	373.342	516.493
SADT	SADT Total	366.282	399.512
Unidade de Referência Saúde do Idoso -UBS/URSI	Assistente Social	5.968	5.740
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Consulta Médica - URSI	20.617	24.998
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Enfermeiro	13.416	16.531
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Fisioterapeuta	1.414	2.093
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Nutricionista	1.123	1.464
Unidade de Referência Saúde do Idoso- UBS/URSI	Psicólogo	2.429	1.566
Unidade de Referência Saúde do Idoso - UBS/URSI	Terapeuta Ocupacional	419	974

8 - Relatório de Execução do Contrato de Gestão - Rede Assistencial da STS Vila Maria / Vila Guilhermo

Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2022

Linha de Contratação	Total	
	Contratado	Realizado
Atendimento Ambulatorial - Atenção Básica		
- Total	1.080.722	777.501
Consulta Médica - UBS	333.170	242.179
Consulta Médica - ESF	28.080	22.512
Consulta Enfermeiro - ESF	69.888	57.335
Visita Domiciliar ACS - ESF	201.600	177.671
Cirurgião Dentista (atendimento individual) ESB/U	IBS 99.072	82.453
Cirurgião Dentista (procedimento) ESB/UBS	346.752	193.094
Nº de pacientes ativos em atendimento - EMAD	720	818
Nº de Idosos em Acompanhamento- PAI	1.440	1.439
Atendimento Ambulatorial - Atenção		
Especializada - Total	93.408	127.292
Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico -		
UBS Izolina Mazei	8.004	8.721
Nº de exames Total	8.004	8.721
HD - Rede Hora Certa	34.224	49.598
Consulta Médica Especializada	30.240	43.859
Cirurgias Ambulatoriais	3.984	5.739

Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapeutico -		
HD - Rede Hora Certa	13.920	19.460
Nº de exames Total	13.920	19.460
Unidade de Referência Saúde do Idoso -URSI	12.240	11.131
Consulta Médica - URSI	2.772	2.857
Assistente Social	2.400	1.841
Enfermeiro	2.880	1.743
Nutricionista	1.296	1.329
Fisioterapeuta	1.248	1.690
Terapeuta Ocupacional	624	906
Psicólogo	1020	765
Centro Especializado Odontológico	14.280	13.255
Periodontia	1.200	1.912
Cirurgia Oral Menor	1.920	1974
Endodontia	1.440	685
Paciente Especial (procedimentos)	960	2181
CD Protesista (Atendimentos)	4.320	3.162
Ortopedia funcional dos maxilares/Ortodontia		
(Atendimentos)	3.840	2.531
Próteses e Aparelhos Ortodônticos (Peças		
entregue no mês)	600	810
Centro de Atenção Psicossocial - CAPS	1.860	8.005
Nº de pacientes com cadastro ativo	1.860	8.005

Centro Especializado de Reabilitação - CER 8.040 16.029 Nº de casos novos/mês (avaliação multidisciplinar em reabilitação) CER 2 160 3 605 Nº pacientes em terapia/mês CER 5.880 12.424 Programa Acompanhante de Saúde da Pessoa com Deficiência - APD 840 1.093 Nº pacientes em acompanhamento APD 840 1093 8.1 - Relatório de Execução Orçamentária - SPDM - Rede Assistencial

da Supervisão Tecnica dSaúde VMVG Relatório de Execução Orçamentária - Exercício 2022

Receitas	Custeio	Investimento
Repasses do Contrato / Convênio	237.332.946,63	1.152.123,90
Receitas Financeiras	1.470.530,65	0,00
Outras Receitas	22.337.135,65	0,00
Total das Receitas	261.140.612,93	1.152.123,90
Despesas	Custeio	Investimento
Despesas com Pessoal	182.132.907,34	0,00
Serviços de Terceiros	40.479.116,42	1.576.644,80
Material Medicamento	2.147.968,83	0,00
Outras Despesas	37.808.268,09	0,00
Total das Despesas	262.568.260,68	1.576.644,80
9 - Isenções e Contribuições So	ociais Usufruídas - A	Instituição teve o

seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da

Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento das Contribuições Sociais, relativas a Cota Patronal e Outra Entidades (Terceiros). Em 30 de outubro de 2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2018 a 31/12/2020, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual ainda aguarda deferimento pelo Ministério. Em 15 de dezembro de 2020, a Entidade protocolou, tempestivamente, o seu requerimento de renovação para o período de 01/01/2021 a 31/12/2023, conforme processo SIPAR nº . 25000.177286/2020-01, o qual aquarda, também, o deferimento pelo Ministério da Saúde. Em 16 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial da União a Lei Complementar Nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes. Em face da transição para a Lei complementar, a Portaria 834 de 26/04/2016 apesar de vigente não faz menção a tal lei, assim como, se tem uma ausência de uma nova portaria até a presente data. Entretanto, no intuito de minimizar possíveis riscos, a Entidade vem cumprindo com o estabelecido na portaria 834/16 a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CÉBAS-SAÚDE) e traz, em seu artigo 30, a obrigatoriedade de constar na Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso VIII alínea "d") e, nas Notas Explicativas, o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso IX alínea "d"). Por se tratar de uma Entidade Beneficente de Assistência Social, portadora do CEBAS- Saúde, a SPDM possui isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas relativas às atividades próprias, conforme disposto no artigo 14, Inciso X, da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001. A partir do exercício de 2.019, com o êxito da ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária com relação ao reco-Ihimento do PIS, a Entidade passou a reconhecer em sua Demonstração do Resultado (DRE), o valor do benefício fiscal usufruído referente ao PIS sobre a folha de pagamento. Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE as isenções usufruídas (COFINS, PIS sobre a folha de pagamento e INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros Pessoa Física).Os montantes das isenções usufruídas durante o exercício de 2022 se encontram registrados em contas específicas de receita e totalizou R\$ 52.960.534,20 (cinquenta e dois milhões e novecentos e sessenta mil e quinhentos e trinta e quatro reais e vinte centavos). 9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados - Conforme descrito no item 09 - Contribuições Sociais, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei complementar 187/2021, a Entidade usufruiu ano exercício de 2021, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica o montante de R\$ 37.643.580,89 (trinta e sete milhões e seiscentos e quarenta e três mil e quinhentos e oitenta reais e oitenta e nove centavos). Em 2022, a referida isenção, que também se encontra registrado em conta específica de receita, totalizou R\$ 43.691.743,74 (quarenta e três milhões e seiscentos e noventa e um mil e setecentos e guarenta e três reais e setenta e guatro centavos). 9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros - A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros Pessoa Física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas sendo que no exercício de 2022 o referido valor de receita totalizou R\$ 551.222,10 (quinhentos e cinquenta e um mil e duzentos e vinte e dois reais e dez centavos). 9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2021 foi de R\$ 6.306.499,08 (seis milhões e trezentos e seis mil e quatrocentos e noventa e nove reais e oito centavos). Tomando-se por base os recursos recebidos em 2022. esse montante foi de R\$ 7.134.804,30 (sete milhões e cento e trinta e quatro mil e oitocentos e quatro reais e trinta centavos). 9.4 - Isenção para o PIS sobre a Folha de Pagamento - A Entidade usufruiu da isenção da Programa Integração Social (PIS) sobre a folha no ano de 2021 R\$ 1.354.556,32 (um milhão e trezentos e cinquenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e dois centavos) em 2022. R\$ 1.582.764.06 (um milhão e quinhentos e oitenta e dois mil e setecentos e sessenta e quatro reais e seis centavos). **10 - Trabalho Voluntário -** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros – Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na (ITG) 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros encontra-se a que estabelece que o trabalho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do servico não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações 29 realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2021, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 1.908,83 (um mil e novecentos e oito reais e oitenta e três centavos) e em 2022 estes valores foram de R\$ 2.215,21 (dois mil e duzentos e quinze reais e vinte e um centavos). 11 -Exercício Social - Conforme estabelece o art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31 de Dezembro de 2022.

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira Diretor-Presidente da SPDM

Dr. João Ladislau Rosa Diretor Técnico RASTS VMVG Relatório dos Auditores Independentes

Elaine Cristina Albino Marques Contadora - CRC 1SP270478/O-0

monstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercíticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas. contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes prevismos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Asso- Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado: Examinamos também, a demonstração do valor ciação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina (Rede Assiste. Superv. Tecn. da Saúde Vila Maria / adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, como informação suplementar Vila Guilherme) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas decedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em cio findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais polí- todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a tos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acredita- realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Continua Continuação Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes guando. individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos rele vantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a ade-

quação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamonos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 31 de março de 2023.

Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3 Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior - Contador CRC/RS 058.252/O-1 - CVM 7.710/04 - CNAI-RS-718

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) **Balanco Patrimonial** Controladora Balanço Patrimonial Demonstrações dos fluxos Controladora Consolidado Nota Consolidado Passivo e patri-Nota Controladora Consolidado 2022 2021 de caixa - Método indireto Fluxos de caixa das atividades operacionais Circulante 542.976 mônio líquido explicativa 2022 2021 2022 2021 333,611 2.745.400 2.618.176 Circulante (30 459) (50 016) (53 452) (91 268) Caixa e equivalentes de caixa Resultado do exercício 4.003 2.894 Empréstimos e Aplicações financeiras 1.633 Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades Contas a receber de clientes 185.706 174.610 financiamentos 18 29.486 92.064 86.829 geradas pelas atividades operacionais Estoques 8 175.734 136.169 66.198 Fornecedores 19 Impostos a recuperar 9.976 Depreciação e amortização 43 43 28.995 33.654 Adiantamentos de clientes 212.640 152.826 20 Despesas antecipadas 392 344 Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível 5 1.982 Impostos e contribuições 137.543 (2.344)10 8.669 (17.747)Outros créditos Provisão para créditos de liquidação duvidosa a recolher 21 2 2 1.597.605 1.549.038 23.300 23.489 Não Circulante 979.328 1.001.017 Baixa de investimentos não realizaveis Impostos diferidos sobre Realizável a longo prazo: Perda na realização de ICMS 21.051 21.048 388.572 391.042 43.714 16.008 contratos de construção 22 Aplicações financeiras 1.697 2.205 ativo não circulante 62 20 21.051 21.048 115.731 110.560 Parcelamento de impostos 23 653,209 635.110 Mútuo financeiro Provisão para perdas de investimentos 24.510 44.519 Impostos a recuperar 11.930 12.636 Outros parcelamentos Despesas financeiras líquidas 9.687 21.352 5.640 5.031 41.287 13 11 24 42.195 Ativos fiscais diferidos 155.207 155.207 de impostos IR e contribuição social correntes Depósitos judiciais 14.663 21.194 Salários e férias a pagar 32.069 38.708 (7.401)IR e contribuição social diferidos (6.286)Outros créditos 10 89.344 89.240 109 139 26.029 Impostos diferidos sobre Outras contas a pagar 26 48.561 2.150 Investimentos 14 2.300 448 472 1.139.158 1.108.700 749.160 contratos de construção 27.706 1.025 Não circulante 863.372 15 13.885 16.264 Propriedades para investimentos (Reversão) constituição de Empréstimos e Imobilizado 16 99 141 565.959 582.842 provisão para contingências (10.646)(94)96.132 18 113.188 Intangível 17 10.464 10.397 Caixa decorrente das (aplicado nas) Fornecedores 153.037 34.393 2.249 2.441 590.756 609.975 (423) (20.799) atividades operacionais (266)(43.624)Parcelamento de impostos 163.625 181.827 Total do ativo Demonstração .522.304 1.334.628 Consolidado 23.305 23,496 (Aumento) redução no ativos Nota Controladora Outros parcelamentos Contas a receber de clientes 11.456 (57.822)explicativa 28 **2021** 415.146 de Resultados 2022 2021 2022 de impostos 50.948 50.563 Estoques (39.363)(58.101)Mútuo financeiro 12 93.152 87.215 Impostos a recuperar (27.345)(1.424)Custos dos produtos vendidos Provisão para perda com inves-Partes relacionadas 294 452 (574) (675.916) (411.211) 29 e dos serviços prestados (6) (122.481) timentos em controladas Outros ativos e despesas antecipadas 14 1.046.006 1.021.485 2 (1.500)Lucro (prejuízo) bruto 113.381 3.935 Aumento (redução) no passivos 11.796 Provisões 25 11.593 Despesas de vendas 29 (24.368)(21.215)138.298 18.409 Fornecedores 152.960 160.361 Passivos fiscais diferidos 13 Despesas administrativas (161)(292)(113.350)(64.684)29 Impostos e contribuições 217.818 214.291 Outras contas a pagar Outras despesas 26 41.159 50.177 a recolher e parcelados 27 (1.115.964) (1.085.345) (2.086.468) (2.032.708) Patrimônio líquido operacionais líquidas 30 (147)(173)(18.170)(1.624)Salários e férias a pagar (6.639)(943)Provisão para perdas Capital social 41.894 41.894 41.894 41.894 Adjantamento de clientes 57.349 81.533 de investimentos 14 (24.510)(44.519) Reservas de reavaliação 50.596 50.264 50.264 50.596 Outras contas a pagar (23)(2.987)(30)25.700 Resultado antes das receitas (despesas) Ajuste de avaliação patrimonial 139.155 146.041 139.155 146.041 Imposto de renda e contribuição social pagos financeiras líquidas e impostos (24.818)(44.984) (42.507)(83.588)Prejuízos acumulados (1.347.277) (1.323.876) (1.347.277) (1.323.876) Fluxo de caixa decorrente das (aplicado nas) Receitas financeiras 31 30.802 28.804 Patrimônio líquido atribuível atividades operacionais 57.316 (16.884) (5.644) (5.034) Despesas financeiras 32 (49.145)(42.742)aos controladores (1.115.964) (1.085.345) (1.115.964) (1.085.345) Fluxos de caixa das atividades (5.032) Financeiras líquidas (5.641)(13.938)(970.504) (947.363) de investimentos Participação de não controladores Resultado antes dos impostos (30.459) (50.016) (60.850)(97.526)1.139.269 1.108.841 3.608.772 3.367.336 Resgate de (aplicações em) Total do passivo Imposto de renda e contribuição social aplicações financeiras (1.241)Total do passivo e - (14.251) Aquisição de ativo imobilizado e intangível (7.317)1.522.304 1.334.628 Diferidos 7.401 6.286 patrimônio líquido 23.305 23.496

Controladora

2022 2021

(50.016)

(30.459)

(30.459)

Consolidado

2021

(91.268

(91.268)

2022

(53.452)

(50.016) (53.452)

Doado S.A Participações e Controladas CNPJ: 44.812.089/0001-66

Demonstração das Mutações Ajuste de Patrimônio líquido Participação de Total do Capital Reservas do Patrimônio Líquido social de avaliação Prejuízos atribuível acionistas não patrimônio integralizado reavaliação patrimonial acumulados aos controladores controladores líquido Saldos em 1º de janeiro de 2021 41.894 50.905 151.857 (1.280.140)(1.035.484) (906.253) (1.941.737)Realização da reserva de reavaliação (309)309 (5.816)Realização do custo atribuído 5.816 Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado (3) (3)Variação cambial Patrimônio Líquido Dit 158 158 144 302 (50.016)(91.268)(50.016)(41.252)Resultado do exercício Saldos em 31 de dezembro de 2021 41.894 50.596 (1.085.345) (947.363) (2.032.708)146.041 (1.323.876 (1.323.876) Saldos em 1º de janeiro de 2022 41.894 50.596 146.041 (1.085.345) (947.363) (2.032.708)Realização da reserva de reavaliação (332)332 (6.886)Realização do custo atribuído 6.886 Variação cambial Patrimônio Líquido Rio Plateado (11)(11)Variação cambial Patrimônio Líquido Dit (149)(138)(287)(149)

139.155

7.398

(53.452)

(30.459)

(22.993)

(53.452)

50.264

(30.459)(50.016)

(30.459)(50.016)

(30.459)(50.016)

41.894

Resultado do exercício

Acionistas controladores

Resultado do exercício

Resultado atribuível aos:

Acionistas não controladores

Saldos em 31 de dezembro de 2022

6.258

(91.268)

(50.016)

(41 252

(91.268)

Demonstrações de

Resultado do exercício

resultados abrangentes

Resultado abrangente total

Venda de ativo imobilizado 3.661 Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimentos - (11.831) (7.950) Fluxos de caixa das atividades de financiamentos Financiamentos bancários tomados 192.423 321.118 Financiamentos bancários pagos (236.799) (296.716) Fluxo de caixa (aplicado nas) (44.376)atividades de financiamentos 24.402 (Redução) no caixa e equivalentes de caixa 1.109 (432)Demonstração (da redução) no caixa e equivalentes de caixa No início do exercício 2.894 3.326 No fim do exercício 4.003 2.894 (Redução) no caixa e equivalentes de caixa 1.109 (432)Giuliano Dedini Ometto Duarte - Diretor Presidente Marcos Dedini Ricciardi - Diretor Juracy Roberto Sarto - CT-CRC nº1SP185620/O-4

As Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, foram publicadas na edição de 28/04/2023, no jornal A Tribuna Piracicabana

(130.459) (30.459) (22.993) (53.452) e encontram-se na íntegra à disposição dos acionistas na sede da Compa-(1.347.277) (1.115.964) (970.504) (2.086.468) nhia.

				Dedini S.A. Equipamento	s e	Sister	nas					
CNPJ: 67.541.961/0001-84												
				s Exercícios findos em 31 de dezembro de 202								
Balanço Patrimonial	Nota explicativa	2022	2021	Demonstração das Mutações do Patrimônio L	.íquido		pital	Reserva de	Ajuste de	Prejuízos		
Ativo/Circulante	_	1.021	1.102				ocial	reavaliação	avaliação patrimonial	acumulados		Total
Caixa e equivalentes de caixa	5	26	29	Saldos em 1º de janeiro de 2021		143	3.310	84.258	142.845	(620.378)		(249.965)
Estoques	6	-	10	Realização da reserva de reavaliação		-		(310)		310		-
Impostos a recuperar	7	687	765	Realização do custo atribuído		-		-	(6.576)	6.576		-
Outros créditos	9	308	298	Resultado do exercício				-	-	(7.313)		(7.313)
Não circulante		395.729	404.581	Saldos em 31 de dezembro de 2021		143.310		83.948	136.269	(620.805)		(257.278)
Realizável a longo prazo:	40	188.356	184.390	Saldos em 1º de janeiro de 2022		143	3.310	83.948	136.269	(620.805)		(257.278)
Aplicações financeiras	13	1.244	1.752	Realização da reserva de reavaliação			-	(414)	-	414		-
Mútuo financeiro	8	103.388	97.382	Realização do custo atribuído			-	-	(7.530)	7.530		-
Impostos a recuperar	7	146	146	Resultado do exercício			-	-	-	(13.761)		(13.761)
Depósitos judiciais	10	-	1.532	Saldos em 31 de dezembro de 2022		143	3.310	83.534	128.739	(626.622)		(271.039)
Outros créditos	9	83.578	83.578	Demonstração de Resultados Nota explic	cativa	2022	2021	Caixa aplicado	nas atividades operaciona	is `	(25)	6.929
Investimentos		-	12	Receita	21	5.366	17.175		ento) nos ativos		(- /	
Propriedades para investimento	11	136.496	137.410	Custo dos serviços prestados	22	(13.847)	(19.772)	Estoques	onto, noo aavoo		10	126
Ativo imobilizado	12	70.811	82.703	Lucro / (Prejuízo) bruto		(8.481)					78	
Intangível		66	66	Despesas de vendas	22	-	(80)	Impostos a recu	•			64
		207.373	220.191	Despesas administrativas	22	(2.090)	(1.153)		rtes relacionadas		(1.722)	. ,
Total do ativo		396.750	405.683	Outras (despesas) / receitas operacionais	23	(2.438)	(428)	Outros ativos			1.523	27
Balanço Patrimonial	Nota explicativa	2022	2021	Resultado antes das receitas (despesas)		(=:::=)	(/	Aumento (redu	ção) nos passivos			
Passivo e patrimônio líquido/Circul		444.774	441.865	financeiras líquidas e impostos		(13.009)	(4.258)	Fornecedores			(662)	585
Empréstimos e financiamentos	13	648	567	Receitas financeiras	24	6.191	5.839		ribuições a recolher e parcela	ados	1.154	1.517
Fornecedores	14	338	990	Despesas financeiras	25	(11.035)		Salários e férias	,		110	(33)
Adiantamentos de clientes		250	250	Financeiras líquidas		(4.844)	,		1 0		(212)	٠,
Impostos e contribuições a recolher	15	164.357	163.235	Resultado antes dos impostos		(17.853)		Outras contas a			' '	,
Parcelamento de impostos	16	273.639	271.677	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	4.092	3.547	1	proveniente das atividades	•	254	366
Outros parcelamentos de impostos	17	5.121	4.625	Resultado do exercício	10	(13.761)		Fluxos de caix	a das atividades de investir	nentos		
Salários e férias a pagar		418	308	Demonstrações de resultados abrangentes		2022	2021	Resgate de (apl	icação em) aplicações financ	eiras	508	255
Outras contas a pagar		3	213	Resultado do exercício		(13.761)	(7.313)	Perda na baixa	de investimentos não realizá	veis	12	-
Não circulante	40	223.015	221.096	Resultado abrangente total		(13.761)	(7.313)	1	aplicado nas atividades d		520	255
Empréstimos e financiamentos	13	610	1.257	Demonstrações dos fluxos de caixa - Método	indiret		2021	1	a das atividades de financia		320	200
Fornecedores	14	65	75	Resultado do exercício	manot	(13.761)	(7.313)			illelitos	(777)	(045)
Parcelamento de impostos	16	49.679	51.634	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilio	aahsh	(10.701)	(1.010)		bancários pagos		(777)	, ,
Outros parcelamentos de impostos	17	3.384	3.695	geradas pelas atividades operacionais	uuucs				aplicado nas atividades de			٠,
Mútuo financeiro	8	87.014	78.283	Depreciação e amortização		10.801	11.010	(Redução) Acre	éscimo no caixa e equivale	ntes de caixa	(3)	6
Provisões	18	11.796	11.593	Baixa líquida do ativo imobilizado e intangível		2.006	11.010	Demonstração	do movimentono caixa e e	quivalentes de d	aixa	
Passivos fiscais diferidos	19	70.467	74.559	Despesas financeiras líquidas		4.818	6.576	No início do exe	ercício	•	29	23
Patrimônio líquido	20	(271.039)		Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.092)	(3.547)	No fim do exerc			26	29
Capital social		143.310	143.310	Constituição de provisão para contingências		203	203		éscimo no caixa e equivale	ntos do caiva	(3)	
Reserva de reavaliação		83.534	83.948	, 1					•		()	0
Ajuste de avaliação patrimonial		128.739	136.269				lini Ricciardi Juracy Roberto Sarto etor CT-CRC nº1SP185620/O-4					
Prejuízos acumulados		(626.622)						etor			J/O-4	
Total do passivo		667.789	662.961	As Demonstrações Financeiras, acompanhadas das Notas Explicativas, foram publicadas na edição de 28/04/2023, no jornal A Tribuna Piracicabana e encontram-se na íntegra à disposição dos acionistas na sede da Companhia.								
Total do passivo e do patrimônio lío	quiao	396.750	405.683	no jornal A Tribuna Piracicad	ana e e	encontram	-se na inte	egra a disposição	dos acionistas na sede da	Compannia.		